

CARDOSO, Gustavo (2006), Os Media  
na Sociedade em Rede, Cap. 2.

2

## As múltiplas dimensões da sociedade em rede

Hoje em dia os investigadores da área das ciências sociais são quase unânimes em admitir que assistimos a uma vulgarização do uso da expressão Sociedade da Informação, e é aceite, por parte dos mais diversos comentadores, que se trata de um dado adquirido que vivemos numa Sociedade de Informação (Webster 2004).

“Tornou-se prática corrente descrever as sociedades modernas com o conceito “sociedade de informação”. Este conceito refere-se de um modo geral a acréscimos nos volumes de informação disponíveis, ao significado do processamento de informação em cada vez mais domínios sociais e ao facto de que a tecnologia de informação fornece uma infraestrutura básica da qual as sociedades se tornam cada vez mais dependentes.” (Hamelink 2004)

Como pudémos verificar pelos capítulos anteriores, falar de Sociedade de Informação, embora reconhecendo a existência de um discurso oficial estandardizado, nem sempre é falar sobre a mesma realidade. Há quem valorize mais a dimensão económica da informação, outros a dimensão política e outros ainda a valorização pessoal, cultural educacional como os elementos mais fortes da caracterização da nossa sociedade.

Quando, na análise social do papel da informação, aprofundamos as suas dimensões qualitativas ou quantitativas encontramos claras diferenças na resposta à pergunta: o que é Sociedade de Informação?

“Por exemplo: é um fenómeno económico, onde a informação tem um efectivo valor monetário? Ou trata-se de uma questão de mudança ocupacional, onde um crescente número de pessoas tem trabalho na área da informação, tal como no ensino ou na pesquisa? Ou distingue-se, com mais clareza, pela prevalência das tecnologias de informação e comunicação, tratando-se assim de uma questão tecnológica? Tem mais que ver com as relações espaciais, de tal modo que os «fluxos» de infor-

mação entre «redes» de pessoas e lugares constituem a variável crítica? Ou é uma questão cultural, onde o que importa é a explosão de símbolos e signos na televisão, na moda, no design, etc.? Ou é a «sociedade de informação algo caracterizado por um afastamento da «prática» relativamente à «teoria» e, por conseguinte, uma sociedade onde modelos abstractos moldam o destino social?» (Webster 2004).

Embora discordando de algumas das premissas que Webster (1995) apresenta no seu trabalho, é verdade que teve o dom de salientar a relativa imprecisão do conceito de *Sociedade de Informação* nas abordagens das ciências sociais e economia, nas últimas quatro décadas.<sup>1</sup>

Esse constitui um facto fundamental para a análise proposta neste capítulo onde se procura argumentar que, por um lado, *o conceito de Sociedade de Informação não será o mais adequado para captar a complexidade das mudanças em curso na sociedade contemporânea nem para compreender como os diferentes media se configuram como facilitadores de empowerment individual e, consequentemente, de autonomia comunicativa e sócio-política.*<sup>2</sup>

Antes de prosseguir a argumentação iniciada no parágrafo anterior importa clarificar alguns conceitos. Em primeiro lugar o que se entende por *informação*? A informação pode ser olhada de pelo menos três perspectivas complementares: enquanto recolha, tratamento e análise de dados e consequente produção de informação (a óptica das Ciências da Informação); informação enquanto associada ao conteúdo da mensagem e da comunicação que se estabelece entre dois sujeitos, sendo essa comunicação mediada ou não tecnologicamente (a óptica das Ciências da Comunicação), e mais recentemente, informação enquanto *vida*, numa referência à dimensão genética do ADN (a óptica das Ciências da Vida).

<sup>1</sup> A análise de Webster, peca por simplificação excessiva das abordagens em causa, nomeadamente, no que toca ao recurso à divisão estanque entre autores que favorecem a continuidade das forças sociais em presença e os que focam a atenção nas descontinuidades e ao enfoque unidimensional dado à teoria de cada autor.

<sup>2</sup> Por empowerment *individual* pretende-se referir até que ponto o uso de tecnologias de comunicação e informação (media) serve para aumentar a capacidade de cada um agir sobre os detentores dos meios de informação e processos de decisão na sociedade. Por exemplo a capacidade de obter informação e comunicar horizontalmente, de um modo autónomo (pacientes obtendo informação, consequentemente colocando-se numa melhor posição face ao sistema médico; pessoas informando-se sobre as suas vidas e o seu mundo não dependendo apenas dos *mass media*; consumidores capazes de comparar preços e produtos e tomar as suas decisões; pessoas capazes de se organizarem e debater questões, seja em movimentos sociais ou outras causas; cidadãos procurando novas formas de participação e monitorização do processo político, etc.).

No entanto, o aparecimento, por um lado, das tecnologias de informação e comunicação em rede (como o minitel, a Internet, as intranets e demais redes locais) e, por outro, da digitalização de conteúdos, aliada às tendências (embora poucas vezes concretizadas) de convergência tecnológica entre computadores, telecomunicações e televisão trouxe uma nova aproximação entre os interesses das ciências da comunicação e da informação.

Durante algumas décadas, por via das propostas de Shannon (Mattelart 1998) e do seu modelo matemático da comunicação (que explicitou a relação entre emissor e receptor através do canal por onde circula a mensagem) as ciências da informação caracterizaram-se por uma orientação maioritariamente quantitativa centrando as suas análises nas tecnologias de informação enquanto as ciências da comunicação se centravam mais nas abordagens e explicações qualitativas dos fenómenos, afastando a atenção das tecnologias de informação e comunicação por via da condição em que essas se encontraram durante muitos anos. Simplificando, enquanto os computadores se constituíram “em ilhas não comunicantes entre si” estiveram afastados dos objectivos das ciências da comunicação.

Como sugere Mattelart (1998) a evolução da tecnologia e a sua apropriação social nos últimos vinte anos levou a que a cibernética (entendida, tal como Norbert Wiener a definiu, i.e., como a ciência que analisa a comunicação e o controlo) tenha destronado o modelo matemático da comunicação.

O conceito de rede composta por indivíduos ligados entre si através de padrões de fluxos de comunicação proposto por Everet Rogers (Mattelart 1998) ganhou assim uma nova preponderância na análise do papel da informação, nas nossas sociedades.

Em função da argumentação anterior escolhemos utilizar, nesta análise, a definição sugerida por Manuel Castells e Daniel Bell, isto é, a definição operacional de informação proposta por Porat, “informação são dados que foram organizados e comunicados”.<sup>3</sup>

Do ponto de vista da construção cultural, sociedade de informação, como síntese da discussão até aqui realizada, podemos admitir que, ao falar de Sociedade de Informação, estamos a referir-nos a *uma sociedade em que o intercâmbio de informação é a actividade social central e predominante.*

<sup>3</sup> Manuel Castells argumenta a sua escolha baseando-se no facto de outras definições, propostas por alguns autores conhecidos na área, como Machlup, que define simplesmente informação como “a comunicação de conhecimentos” serem, tal como sugere Bell, muito amplas (Castells 2002).

Mas, porque este é também um conceito ideologicamente marcado, podemos definir *Sociedade de Informação* como um processo de mudança social baseado na informação a qual é, por sua vez, ela própria, a expressão do conhecimento humano. A Sociedade de Informação é fruto do processo tecnológico que nos permite processar, armazenar, seleccionar e comunicar informação em todas as formas nela disponíveis – oral, escrita e visual – sem limitações de distância, tempo e volume – adicionando novas capacidades ao ser humano e mudando a maneira como vivemos e trabalhamos em conjunto (European Commission 1998, citado em Karvonen 2001).

Não se pretende aqui analisar em profundidade a obra dos diversos autores que ao longo dos últimos 20 anos se têm debruçado sobre a Sociedade de Informação, nem proceder a uma análise extensiva da divisão analítica proposta por Webster. No entanto, porque teorizar consiste na identificação do central e no afastar do acessório, é pertinente uma introdução ao seu pensamento que permita sustentar uma crítica à validade do conceito de sociedade de informação, como o mais indicado para teorizar e explicar a mudança social nas sociedades contemporâneas.

Na sua obra *Information Society Theories*, Webster afirma parecer-lhe ser mais correcto pensar as explicações para o papel da informação nas nossas sociedades, de um ponto de vista da continuidade histórica, pois considera não ser correcto falar na existência de uma sociedade de informação. Na sua opinião poderemos falar da existência de certos tipos de informação para fins definidos, para certos grupos, com dados tipos de interesses que estão a desenvolver-se, no entanto, tal não é suficiente para falarmos da existência de uma *Sociedade de Informação*.

Para Webster (1995) as denominadas *teorias da Sociedade de Informação* partilham a ideia de que existe uma mudança em curso nas sociedades contemporâneas e que a mesma se deve ao papel preponderante da informação e comunicação. Webster defende que as opiniões dos investigadores tendem a repartir-se em função do grau e alcance das mudanças e da sua percepção do conceito de “informação”.

De certo modo a visão de Webster aproxima-se da proposta de David Lyon, embora aprofundando as considerações deste último. Pois, para Lyon, a formulação académica do conceito de Sociedade de Informação tem a sua origem nos anos sessenta com Daniel Bell contendo pressupostos ideológicos e utópicos centrados sobre os trabalhadores da informação, os aspectos políticos de alcance global da informação e por último uma cultura da informação (Lyon 1995). O discurso teórico sobre a Sociedade de Informação é para Lyon caracterizada por dois tipos de teses, uma de carácter mais descritivo

(que defende a visão de que se avizinham grandes mudanças em sentido positivo) e outra mais problematizante que aborda as possíveis transformações numa visão mais aberta e cautelosa.

Na proposta de Webster existem igualmente dois tipos de teses: a dos autores que centram a sua análise numa *radicalização* das tendências (de carácter negativo ou num sentido positivo, mas aceitando sempre a mudança radical) ou de *integração* no contexto vigente (ou seja de aceitação da mudança mas conferindo-lhe uma relativização quanto ao seu real impacto social). Por um lado, segundo Webster, encontramos aqueles que defendem estarmos a viver uma situação de mudança radical de paradigmas nos mais diversos sectores da sociedade e que, portanto, é possível falar do surgimento de um novo tipo de sociedade, a sociedade de informação enquanto novo estágio da evolução social. Por outro lado encontramos os que, tal como os primeiros reconhecem a importância actual da informação e comunicação, mas que encaram, no entanto, com reservas o surgimento de uma nova sociedade, neste caso baseada na informação. Para estes últimos, as transformações que ocorrem não representam rupturas com os modos de organização social existentes, são sim evoluções dentro de um quadro previamente estabelecido.

Ainda segundo Webster, entre os primeiros, podemos salientar um conjunto de autores que nas suas formulações teóricas protagonizam a emergência de um novo tipo de sociedade, a Sociedade de Informação, que emerge assim do anterior modelo focando a sua atenção em diferentes dimensões: Daniel Bell (*pós-industrialismo*); Mark Poster (*pós-modernismo*); Michael Piore e Charles Sabel (*especialização flexível*); Manuel Castells (*o modo informacional de desenvolvimento*).<sup>4</sup>

Entre aqueles que colocam a ênfase na continuidade, podemos apresentar as seguintes abordagens e autores: Herbert Schiller (*neo-marxista*); Alain Lipietz (*teoria da regulação*); David Harvey (*acumulação flexível*); Anthony Giddens e David Lyon (*estado nação e violência*); Jürgen Habermas e Nicholas Garnham (*a esfera pública*).

Continuando a sua tentativa de catalogação das diversas teorias formuladas em torno da importância da informação e comunicação na transformação social, Webster parte da análise dos discursos produzidos em torno do conceito de informação para distinguir, analiticamente, cinco definições de Sociedade de Informação, denominando-as: *tecnológica; económica; ocupacional; espacial; cultural*.

<sup>4</sup> Numa análise posterior, Frank Webster identifica uma sexta definição ao campo das descontinuidades através da identificação de *revolução do controlo* proposta por James Beniger. Para mais aprofundamento consultar Webster, F. (1997).

A visão tecnológica, partilhada por autores como Alvin Tofler, (1984) é a de que os avanços nas áreas do processamento de informação, armazenamento, transmissão e convergência, entre telecomunicações e informática, levarão à sua directa aplicação em todos os campos da actividade social e a consequentes transformações. Trata-se de uma abordagem que se limita à descrição das inovações tecnológicas e à consequente previsão das suas possíveis implicações na sociedade. A ideia de Sociedade de Informação surge, assim, apenas ligada à constatação da inovação tecnológica e à quantificação da penetração destas tecnologias na sociedade.<sup>5</sup>

Uma abordagem económica da Sociedade de Informação é geralmente realizada em torno dos conceitos da "economia da informação", ou seja, a disciplina económica que dirige os seus estudos para a informação, e consequentemente, para a sua importância na criação de riqueza e desenvolvimento nas nossas sociedades. Uma das propostas de abordagem económica da sociedade de informação mais conhecidas é a de Porat<sup>5</sup> na sua reformulação da categorização tradicional dos sectores de produção (industrial, serviços e agricultura) em função daquilo que, na sua óptica, é o contributo cada vez maior dos sectores da sociedade, directa e indirectamente ligados à produção de informação para a criação de riqueza.

Porat propôs a criação de uma catalogação das actividades em função da existência de três sectores: um sector primário, um sector secundário de informação e um sector não produtor de informação. De igual interesse é a abordagem de Machlup sobre a caracterização do tamanho e crescimento das indústrias da informação, dividindo-as em cinco grandes grupos: educação (escolas, bibliotecas, etc.); *media* (rádio, televisão; publicidade, etc.); hardware de informação (computadores, aparelhagens musicais, etc.); serviços de informação (advogados, médicos, seguros, etc.) e outros serviços de informação (pesquisa e desenvolvimento, áreas sem fins lucrativos, etc.). Baseando-se na análise de quem cria e comunica informação, Machlup atribuía em 1958 uma percentagem de quase trinta por cento do produto nacional bruto adstrito aos sectores da informação (Webster 1995). Ainda no campo económico podemos referir o exemplo das análises de Peter Drucker (1999) sobre o surgimento de uma economia do conhecimento e a origem de uma sociedade pós-capitalista datada do início dos anos oitenta.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Uma temática já analisada no capítulo anterior sobre a dimensão *tecnocultural* do discurso político e dos *media*, proposta por Robins K. (1999).

<sup>6</sup> Podemos definir *conhecimento* tal como surge na definição dada por Daniel Bell "Conhecimento: um conjunto de declarações organizadas sobre factos ou ideias, apresentando

Pensar a sociedade de informação do ponto de vista ocupacional, tem, embora contestável, tradicionalmente implícita a visão de que será possível falar daquele tipo de sociedade quando o número de trabalhadores de informação suplantar o número de pessoas que trabalham em actividades não relacionadas com a mesma. Robert Reich (1993), ex-secretário de Estado do trabalho na Administração Clinton, apresenta na sua obra uma análise das transformações ocorridas na sociedade norte-americana nas últimas décadas, de onde ressalta uma visão do papel crescente da percentagem de trabalhadores, aos quais Reich denomina de "analistas simbólicos", isto é, todos aqueles em cuja actividade está presente uma componente maioritária de análise e tratamento de informação da qual depende o sucesso da função desempenhada, como seja o trabalho desenvolvido por arquitectos, gestores, advogados, consultores, engenheiros, sociólogos, médicos, etc.

Já a ideia de sociedade de informação fundamentada numa análise espacial decorre do estudo das chamadas redes de informação e dos seus impactos na organização do tempo e do espaço.

Dois autores que, segundo Webster, abordaram de modo complementar essas questões são Anthony Giddens e Manuel Castells.<sup>7</sup>

O primeiro chama-nos à atenção para a questão da compressão do tempo e espaço e das suas implicações para a vida em sociedade, enquanto Castells nos apresenta a dualidade existente entre o *espaço de fluxos* e o *espaço de lugares* e as disparidades que essa situação implica em termos de poder político e económico para indivíduos, estados e organizações.

Por último, Webster propõe agrupar um conjunto de análises em função da concepção de uma sociedade de informação baseada numa

um julgamento ponderado ou resultado experimental que é transmitido a outros por intermédio de algum meio de comunicação, de alguma forma sistemática. Assim, diferencio conhecimento de notícias e entretenimento." (Castells 2002).

<sup>7</sup> A análise de Frank Webster à obra de Manuel Castells merece um breve enquadramento. A identificação por Webster da dimensão espacial como elemento central da caracterização do trabalho de Castells decorre da análise das obras anteriores à trilogia "A Era da Informação". Como Webster argumentou posteriormente a proposta de Castells vai para além das teorias da sociedade de informação: "Com frequência hoje em dia os comentadores afirmam - como um dado adquirido - que vivemos numa «Sociedade da Informação». Com maior grandeza, Manuel Castells (1996-1998) deu o título «Era da Informação» à sua maciça e influente trilogia. (Webster 2004)". No entanto, por motivos de enquadramento histórico e de fio condutor de exposição, optei por seguir a proposta de classificação inicial de Webster, a qual é fiel à argumentação contida nas obras anteriores de Castells, como "Informational City" que serviu de base à análise interpretativa contida em "Theories of the Information Society" (1995).

dimensão cultural. Trata-se de abordagens que se centram na quantidade de informação que hoje em dia é colocada à nossa disposição, através dos mais diversos *media* e cujas implicações estão presentes na nossa sociedade das mais diversas formas. Esse é o campo de estudo onde se desenvolvem inúmeras análises, desde a perspectiva da "reflexividade da informação"<sup>8</sup> de Giddens (1995) às questões da privacidade de Lyon (1998; 1999) até à noção de esfera pública de Habermas (Calhoun 1992).

Conforme se sugeriu não serão focadas aqui, em profundidade, todas as propostas sobre o papel da informação nem todos os autores que enunciei, ao longo das últimas páginas.

Considero, no entanto, que uma vez que a interrogação central para este trabalho reside no esclarecimento do papel desempenhado pelos *media*, numa sociedade em que a informação é um elemento central, há certamente ganhos em aprofundar essa dimensão e ao mesmo tempo questionarmo-nos sobre se Sociedade de Informação é realmente a designação mais correcta a utilizar para compreender as dinâmicas presentes. Será que o conceito de Sociedade de Informação é aquele que nos aponta mais directamente as interdependências existentes entre as dimensões da informação e comunicação e a mudança social?

### *A Sociedade em Rede*

Depois de analisar as ideias expostas ao longo das páginas anteriores, teremos obrigatoriamente de nos questionar se a expressão *Sociedade de Informação* capta ou não correctamente a mudança social em curso nas nossas sociedades.

Assistimos hoje ao surgimento de sinais de transformação em diferentes áreas da sociedade que não se limitam a mudanças pontuais, mas cujo impacto é significativo ao ponto de representarem transformações substanciais, exercendo influência sobre o todo do tecido social.

<sup>8</sup> Giddens define reflexividade como "(...) é um termo utilizado nas ciências sociais para algo bastante simples. Isto é, hoje somos dependentes do uso da informação na construção das nossas vidas de uma forma activa. Quanto mais a tradição desaparece mais nós temos que ser receptivos da informação, muita da qual é fornecida pela ciência e investigação tecnológica, de forma a decidirmos o que fazer, como viver, como ser e até quem ser. Isso é o que quer dizer reflexividade. Viver nesse tipo de mundo quer dizer viver num ambiente saturado de informação." (Giddens 1999).

A visão sectorial de Webster (1995) sobre as diferentes teorias para a sociedade de informação será mais indicado contrapor uma perspectiva de análise intersectorial, olhando o papel da informação na cultura, sociedade e economia, tal como sugere Manuel Castells na sua obra *A Era da Informação* (2002-2004).

Castells não é o único a propor uma análise de carácter intersectorial. Pois, tal como Anthony Giddens afirma (1998), encontramos-nos perante a mudança de alguns dos eixos que caracterizaram a modernidade, nomeadamente ao nível económico, naquilo que Castells denomina de passagem de um *modo de desenvolvimento industrial* para um *modo de desenvolvimento informacional*.

Essa mudança que se desenrola sobre os eixos do industrialismo e do capitalismo da modernidade, não esquecendo as mudanças ao nível da experiência, da formação das identidades e da cultura, não pode deixar de ter influência sobre os demais.

Na perspectiva que preside a esta análise, objecto de desenvolvimento em *Para uma Sociologia do Ciberespaço* (Cardoso 1998) encontram-se pontos de contacto com a proposta de Webster mas, ao mesmo tempo, possuo discordâncias sobre a sua visão das mudanças que ocorrem e o grau da sua actual amplitude.

A visão em que a análise, aqui desenvolvida, assenta é a de uma crescente radicalização em curso em alguns dos eixos da modernidade, cuja origem se encontra presente no papel que a informação e as redes de difusão de comunicação e informação têm nas nossas sociedades.

A radicalização da modernidade a que me refiro permite-nos falar sem dúvida de mudanças da forma de organização social e de uma Era da Informação (Castells 2002). Tendo presente tudo o que atrás tem sido explicitado no quadro da análise teórica, temos de colocar a questão: *a sociedade de informação existe ou não?*

A resposta mais correcta será que a *Sociedade de Informação* existe enquanto conjunto de objectivos, essencialmente de carácter político, desenvolvido no contexto das instituições da União Europeia, depois apropriado pelos países membros da União, e posteriormente incorporado no discurso de muitas organizações multilaterais de carácter político e económico global.

Existe igualmente enquanto discurso difundido, e até certo ponto incorporado pelo público em geral, através das muitas ideias veiculadas pelos *media*. Ideias com origem nas esferas económicas e políticas da sociedade. No entanto, esse discurso é diariamente transformado e adaptado, tendo presente as experiências de utilização com as tecnologias de informação e comunicação por parte dos utentes de Internet,

telemóveis e pelas interligações que essas tecnologias oferecem com os *mass media*.

A Sociedade de Informação, como se exemplificou no anterior capítulo, existe como construção cultural, o que não é o mesmo que afirmar que existe. Porquê? Porque como Anthony Giddens (1998) sugere e Manuel Castells sintetiza:

O conceito (termo) "Sociedade da Informação" salienta o papel da informação na sociedade. Mas ["(...) indo além das observações do senso comum de que a informação e o conhecimento são importantes nas nossas sociedades (...)"] defendendo que a informação, num sentido mais lato, por exemplo, a comunicação do conhecimento, tem sido crítico em todas as sociedades, incluindo a Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pela educação escolástica, isto é, no geral uma infraestrutura intelectual (Castells 2002).

Ao contrário do que Webster (1995) defende, não julgo ser possível afirmar a existência de um conjunto teórico passível de ser unificado em torno da ideia de sociedade de informação. No entanto, a análise de Webster (1995) encerra um contributo central que é o de mostrar (embora mais correctamente no que respeita a uns autores do que a outros) a unidimensionalidade da maioria das abordagens ao focarem apenas alguma das dimensões de mudança na sociedade em detrimento da explicação do todo ou das relações que se estabelecem multidimensionalmente.

Apesar das críticas à sua obra (Van Djick, 1999) os conceitos de modo de *desenvolvimento informacional*, de *sociedade informacional* e de *sociedade em rede*, propostos por Manuel Castells, são, porventura, aqueles que melhor respondem à necessidade de, por um lado, analisar a mudança social de múltiplos ângulos e dimensões e, por outro, perceber que, embora existam mudanças suficientemente *radicais* para merecerem a nossa atenção, essas mudanças, como se comprova ao olhar a dimensão histórica da humanidade (Braudel 2000), convivem sempre temporalmente com continuidades.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> As críticas de Van Djik a Castells centram-se naquilo que Djik considera ser uma visão unidimensional da sociedade em rede. Pois, segundo Djik, existe um determinismo tecnológico que percorre toda a análise e que radica no âmago da teoria e método de Castells. Resultando, assim, numa visão unidimensional da tecnologia que deixa pouco espaço às escolhas políticas. Para Djik, à análise da sociedade em rede falta a possibilidade de resistência dentro do sistema, assumindo assim a externalidade de todo o tipo de resistência. (1999).

Manuel Castells propõe-nos caracterizar as sociedades contemporâneas, não como *de informação* mas sim como *informacionais*, o que indica o atributo central de uma nova forma de organização social na qual a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornam as fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no actual período da história.

Ao usar o adjectivo *informacional*, Castells procura estabelecer um paralelo com a distinção entre *indústria* e *industrial*. Da mesma forma que uma sociedade industrial não é somente uma sociedade onde existe indústria mas uma "sociedade na qual as formas sociais e tecnológicas da organização industrial permeiam todas as esferas da actividade" (Castells 2002) também devemos estabelecer uma distinção analítica entre *sociedade da informação* e *sociedade informacional*. A sociedade informacional é assim produto de um determinado contexto histórico, que atravessa as três últimas décadas do século XX.

Na formulação proposta por Castells, a análise da mudança social que nos permite concluir pelo surgimento ou não de uma nova estrutura social, suficientemente diferenciada das anteriores, baseia-se na detecção de transformações estruturais nas relações de produção, de poder e de experiência. São ainda essas transformações que, segundo Castells, conduzem a uma mudança significativa das formas sociais do espaço e do tempo e à emergência de uma nova cultura.

A argumentação é poderosa e é porventura aquela que permite encontrar um ponto de partida que aponte directamente as questões a levantar, identificando um modelo explicativo das mudanças em diferentes dimensões, mas sem pré-julgar e antecipar o futuro que se esteja a construir. Dá-nos assim um grau de autonomia de análise para tentar captar quer as mudanças em curso, ao nível de diferentes sociedades (pois nem todas as sociedades se encontram nos mesmos pontos de desenvolvimento, nem são, nas suas dimensões culturais, económicas, políticas e sociais, idênticas) quer também explorar em maior profundidade algumas das dimensões por si afloradas, como é o caso do *papel dos media*.

A sociedade informacional é, assim, correlativa de uma reestruturação do capitalismo cujas características mais salientes são a globalização das principais actividades económicas, a flexibilidade organizacional e um maior poder por parte do patronato nas suas relações com os trabalhadores. Reestruturação essa só possível, nas dimensões enunciadas no parágrafo anterior, pela coincidência temporal com um novo tipo de tecnologia, as tecnologias de informação,

as quais foram apropriadas pelo tecido económico com o objectivo de potenciar uma flexibilização de relações organizacionais e espaciais à escala global. A par da reestruturação do capitalismo assistimos durante essas três décadas ao quase desaparecimento do estatismo – fosse ele de modelo soviético ou inspirado num modelo nacionalista exacerbado – enquanto forma de estruturar as relações de produção no mundo contemporâneo.

Mas a sociedade informacional não vive apenas das dimensões económicas. As três últimas décadas do século XX, por via do surgimento dos movimentos sociais do final dos anos 60 e da sua multiplicação nas décadas seguintes, trouxeram novas formas de encarar a experiência e de definir objectivos de reivindicações sociais.

Como refere Manuel Castells (2002), as ambições dos jovens participantes nesses movimentos reivindicativos "(...) incluíam uma reacção multidimensional à autoridade arbitrária, uma revolta contra as injustiças e a procura da experimentação pessoal."

Embora reconhecendo que as mudanças promovidas por esses movimentos foram fundamentalmente culturais e independentes das transformações económicas e tecnológicas, Castells assinala que tiveram um impacto sobre a economia e a tecnologia, e sobre os processos de reestruturação daí resultantes. Exemplos dessa influência encontram-se, ainda, segundo esse autor, no espírito libertário influenciador do uso individualizado e descentralizado da tecnologia; no distanciamento face às políticas sindicais tradicionais, que contribuiu para o enfraquecimento do movimento sindical; na abertura cultural que estimulou a manipulação experimental de símbolos, criando o modelo actual de apropriação social dos *media*; no seu cosmopolitismo e internacionalismo como ponte para um espaço global de sociabilização; e por fim a sua aversão ao Estado, que enfraqueceu a legitimidade dos sistemas democráticos. Como refere Manuel Castells:

"Ao recusarem a transmissão ordeira dos códigos eternos e dos valores estabelecidos, tais como o patriarcalismo, o tradicionalismo religioso e o nacionalismo, os movimentos dos anos 60 prepararam terreno para uma divisão fundamental nas sociedades de todo o mundo: por um lado, as elites activas com uma identidade autodefinida, construindo os seus próprios valores com base na sua experiência; por outro, os grupos sociais inseguros e cada vez mais incertos, desprovidos de informação, recursos e poder, cavando as suas próprias trincheiras de resistência exactamente com base naqueles valores eternos execrados pelos rebeldes dos anos 60." (Castells 2002).

A sociedade informacional que Manuel Castells nos propõe como fruto das mudanças tecnológicas e económicas e dos movimentos sociais das três últimas décadas possui, como uma das suas características principais, a lógica de rede da sua estrutura básica.

Embora a rede, enquanto forma organizacional, tenha acompanhado as sociedades humanas ao longo da história, só com o desenvolvimento das tecnologias de informação e a sua domesticação (Silverstone 1994) pelas estruturas organizacionais das empresas se tornou possível a disseminação de um modelo que alia a flexibilidade à eficácia e à eficiência:

"as redes são estruturas abertas, capazes de se expandir sem limite, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objectivos de desempenho). (...) A sociedade em rede, como qualquer outra estrutura, não deixa de ter contradições, conflitos e desafios de formas alternativas de organização social. Todavia, estes desafios são provocados pelas características da sociedade em rede, sendo, portanto, muito distintos dos apresentados pela era industrial. São personificados por diferentes sujeitos, mesmo que estes sujeitos trabalhem frequentemente com materiais históricos fornecidos pelos valores e organizações herdadas do capitalismo industrial e do estatismo." (Castells 2002).

As nossas sociedades são assim informacionais, pelo facto de a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornarem nas fontes principais da produtividade e do poder, mas também em rede porque, da mesma forma que a organização hierarquizada do modelo industrial permeou toda a sociedade industrial, também o modelo descentralizado e flexível da rede permeia as nossas sociedades contemporâneas.

Uma estrutura social com base em redes é assim um sistema altamente dinâmico, aberto, susceptível de inovação e com reduzidas ameaças ao seu equilíbrio. As redes são os instrumentos apropriados para a economia, trabalho, política e organização social da nossa época.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> As diferentes dimensões em que as redes se manifestam são exemplificadas por Castells (2003) em cinco diferentes dimensões: "(...) economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas baseadas na flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e estados de espírito públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo." (Castells 2003).

Em termos tecnológicos, a sociedade em rede, embora radique a sua génese nas possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das comunicações, software e hardware dos anos 70, encontra o seu momento de difusão exponencial para além da esfera das grandes empresas ou do Estado com a difusão da Internet nas famílias e na generalidade do tecido empresarial durante a segunda metade da década de 90.

Assim, após três décadas de existência, a Internet está a difundir-se a uma velocidade sem paralelo quando comparada com qualquer outro meio de comunicação (da rádio à televisão) e está rapidamente a tornar-se a ferramenta que se utiliza para múltiplas aplicações. Mas porquê agora? À interrogação de Castells podemos responder centrando-nos primeiro nas razões de carácter tecnológico: a difusão do PC e, mais tarde, de toda uma gama de aparelhos de computação e comunicação; a facilidade de utilização da World Wide Web; a emergência de uma literacia de computadores, particularmente entre as novas gerações, e a promoção da utilização da Internet no trabalho e no sistema educacional (Lee 1999).

Mas parte do recente sucesso da Internet pode estar relacionado com uma realidade já estudada na história da tecnologia (Winston 1999): ela responde a uma necessidade fundamental da sociedade, uma necessidade que se encontra enraizada na evolução social e que encontra na Internet uma ferramenta privilegiada para a sua realização. Mas ao mesmo tempo, através da sua utilização, as próprias pessoas mudam essa tecnologia e isso é uma característica possibilitada pelo próprio modelo aberto da tecnologia (uma lógica ausente das anteriores tecnologias de comunicação e informação como a televisão, telefone, rádio, jornais, etc.).

Se o funcionamento em rede constitui uma necessidade social superveniente (Winton 1999), para quê a utilizamos e com quem? Para responder a esta interrogação, necessitamos de considerar o processo de evolução social na chamada *Era da Informação* (Castells 2003).<sup>11</sup>

<sup>11</sup> "(...) porque é que [...] manteve a "Era da informação" como o título global deste livro, sem ter incluído a Europa medieval na minha investigação? (...) num mundo construído em torno das tecnologias da informação, da sociedade da informação, da informatização, da auto-estrada da informação e outras expressões (terminologias) semelhantes (todas elas com origem no Japão em meados dos anos 60 - Johoka Shakai, em japonês - transmitidas ao Ocidente em 1978 por Simon Nora e Alain Minc, com todo o seu exotismo, um título como a Era da Informação aponta directamente as questões a serem levantadas sem pré-julgar as respostas." (Castells 2003).

## A Sociedade Informacional

Se aceitarmos falar em *Era da informação* teremos igualmente de nos interrogar sobre quais as forças motrizes que estarão a impulsionar as mudanças em curso na sociedade e que, como tal, condicionarão ou incentivarão a transformação de certas áreas em detrimento de outras, bem como dos papéis que cabem ao Estado e aos restantes actores sociais.

Castells sugere que as nossas sociedades se encontram cada vez mais estruturadas à volta de uma oposição bipolar entre aquilo que ele designa por *Rede* e *Self*. Estes dois centros de gravidade formam o seu eixo de análise. Tal oposição bipolar resulta do que Castells denomina de "revolução das tecnologias de informação" e que no seu entender é a força por detrás das grandes transformações das três últimas décadas do século XX. Esta centralidade em torno da análise das tecnologias de informação não quer dizer que Castells defenda a ideia de que novas formas e processos sociais surjam como consequências directas da mudança tecnológica. No seu entender a tecnologia não determina a sociedade, nem a sociedade determina, na totalidade, qual a evolução tecnológica.

O dilema do determinismo tecnológico é para Castells, provavelmente, um falso problema, uma vez que para ele tecnologia é sociedade e a sociedade não pode ser percebida ou representada sem as suas ferramentas tecnológicas. Como o autor salienta, a dimensão social da revolução tecnológica em curso parece levar em conta a "lei" proposta por Melvin Kranzberg (citado em Castells 2002): "A tecnologia não é boa, nem má, nem é também neutra.". É pois, uma força a ter em atenção, numa perspectiva de inquérito e não de fatalidade, na análise da complicada matriz de interacção entre as forças tecnológicas desenvolvidas pela nossa espécie e nós próprios. Nessa análise as tecnologias de informação compreenderiam o conjunto de tecnologias desenvolvidas nas áreas da micro-electrónica, computadores (*software* e *hardware*), telecomunicações / difusão e ópto-electrónica em conjugação com a engenharia genética.

O modelo teórico subjacente a esta interacção entre relações sociais e tecnologia é representado pela dialéctica entre *modos de produção* e *modos de desenvolvimento* tendo como base que as sociedades se encontram estruturadas num dado momento histórico através de relações de produção, experiência e poder. Os *modos de produção* constituem as relações sociais inerentes ao processo produtivo, como as relações entre grupos e classes e a divisão do capital e trabalho. Os *modos de produção* são assim definidos pelo conjunto de relações estabelecidas



com o objectivo de criar excedentes e regular a sua distribuição. Desde a revolução industrial que assistimos à luta pela predominância entre dois modos de produção, o *estatismo* e o *capitalismo*, tendo a oposição, entre os dois, resultado na vitória do último e a sua legitimação enquanto modo de produção prevalecente.

Os *modos de desenvolvimento* são por sua vez as premissas tecnológicas através das quais o trabalho age sobre a matéria de forma a gerar o produto.

As *relações sociais de produção*, ao definir os modos de produção e as *relações técnicas de produção* ao definirem os modos de desenvolvimento, não se sobrepõem mas interagem. São precisamente essas interacções de carácter complexo que, segundo Castells, constituem os elementos da dinâmica nas nossas sociedades. Manuel Castells refere que a evolução do *modo de produção capitalista* é fundamentalmente desencadeada a partir da pressão do capital privado para a maximização dos lucros. Já os *modos de desenvolvimento* tendem a evoluir, não com base numa resposta aos pedidos vindos dos modos de produção ou de outras instâncias da sociedade, a partir da interacção entre a descoberta científico / tecnológica e a sua capacidade de integração das mesmas nos processos organizativos e de gestão produtiva.

O processo de evolução deste modo de desenvolvimento decorre em três momentos diferenciados: a automatização das tarefas, através da racionalização dos processos existentes; a experimentação dos usos, através da criação de novos processos para a realização das mesmas tarefas; e por último a reconfiguração das aplicações, através da criação de novos processos e novas tarefas.

Considerando a economia como a grande força mobilizadora das transformações sociais, Castells traça um quadro caracterizador da economia global, em que lhe atribui características de uma cada vez maior interdependência, assimetrias, regionalização, um aumento na diversificação dentro de cada região, uma selectividade na inclusão dos intervenientes e ainda uma segmentação exclusionária tendo como resultado dessas características a criação de uma geometria variável que tende a dissolver a geografia histórica e económica tradicionalmente inerentes às diversas áreas participantes neste modelo.

Uma economia global, que Manuel Castells denomina *economia de confiança e expectativa* ou *Nova Economia* (Castells, 2000), uma economia assente nas empresas, que desenvolvem e incorporam serviços ou tecnologias de comunicação e informação, e na sua dinâmica. Para aquele autor *e-business* não são os negócios, conduzidos exclusivamente *Online*, mas uma nova forma de conduzir todos os tipos de negócio na Internet e através dela – com várias formas de ligação com processos

de produção nos próprios *sites* e transacções físicas. Na sua perspectiva, o *e-business* está no coração da emergência de uma nova economia que é caracterizada pelo papel do trabalho autoprogramável, inovação tecnológica e valorização financeira dos mercados enquanto motores da produtividade. Sendo cada um daqueles processos desencadeado, e ao mesmo tempo transformado pela utilização da Internet, que é o meio através do qual as organizações se ligam em rede, a informação é processada e o conhecimento é gerado. A economia baseada no *e-business* está a transformar gradualmente a velha economia numa nova economia, que atinge todo o planeta (embora, como notámos atrás, a ritmos muito diferentes entre si). Para Manuel Castells é o conjunto de tendências que acabamos de apontar que constitui a nova economia (Castells 2002).

Outra das características desta nova economia é a conjugação dos meios informáticos de gestão *online* das carteiras que fazem com que as transacções ocorram em tempo-real, a tendência para a desintermediação dos mercados financeiros e a aposta na evolução futura em detrimento dos rendimentos apresentados no curto prazo, que estão a dar origem a uma nova lógica da economia capitalista.

Partilhando a visão de Anthony Giddens (1998) sobre a alteração dos nossos conceitos de tempo e espaço, Castells chama a atenção para o facto de, no espaço dos fluxos, o tempo e o espaço apresentarem as características que ele denomina de *tempo atemporal* e *espaço aespacial*. Ou seja, o *espaço de fluxos* dissolve a nossa concepção tradicional de tempo, ao quebrar a sua ordem sequencial de eventos e ao possibilitar a sua quase simultaneidade – em *tempo real*. Não existe no *espaço de fluxos* uma visualização sequencial, mas sim a percepção de uma quase simultaneidade, fruto da possibilidade de várias pessoas interagirem em simultâneo sobre um mesmo evento.<sup>12</sup>

De uma forma similar, a distância geográfica dissolve-se no *espaço de fluxos*. Para Castells, neste espaço existem apenas duas medidas de distância. Numa lógica binária temos a “distância zero” (dentro da rede) e a “distância infinita” (o estar fora da rede). Desta constatação,

<sup>12</sup> O “espaço de fluxos” é descrito como sendo composto por três níveis, que são respectivamente: O *técnico*, composto pelos circuitos de impulsos electrónicos (micro-electrónica, telecomunicações e *hardware* em geral) que constituem a infraestrutura tecnológica das redes; O *geográfico*, isto é, a topologia dos espaços formados pelos “nós” e *hubs*<sup>17</sup> da rede; os *hubs* são locais de interligação, estabelecendo a ligação da rede a locais específicos, com condições sociais e culturais específicas; os “nós” são por sua vez as localizações estratégicas em torno das quais se cria uma série de actividades e organizações de carácter local mas que aproveitam as possibilidades oferecidas pela rede de actuar globalmente; O *social*, ou seja a organização espacial da elite que gere e usa essas redes. (Castells 2004c).

Castells (1997), numa tentativa de identificar as dinâmicas existentes entre o *espaço de fluxos* e o *espaço de lugares*, desenvolve uma análise em torno do poder na "Era da informação".

Enquanto as organizações se encontram localizadas em lugares e as suas componentes humanas e materiais são dependentes desse mesmo espaço, já a lógica organizacional não é. A lógica organizacional não depende de nenhum espaço físico em particular. Ela é sim dependente do *espaço de fluxos* que caracteriza as redes de informação. Quanto mais as organizações dependerem, em última análise, dos fluxos e das redes, menos serão influenciadas pelos contextos sociais associados aos seus locais de origem, o que se traduz numa crescente independência entre a lógica organizacional e a lógica social.

O poder tende a encontrar-se cada vez mais concentrado no *espaço de fluxos*, expressando assim a lógica dominante na sociedade em rede. Castells exemplifica esta concentração crescente de poder no espaço dos fluxos recorrendo ao exemplo dos mercados financeiros globais, que têm vindo a transformar-se no evento central da nova economia, a qual destina à economia real um papel de produtora de excedentes monetários para o investimento nos mercados financeiros ou de ponto de aplicação dos ganhos obtidos nesses mesmos mercados.

Assim, enquanto a lógica social parece moldar-se em torno do *espaço de fluxos*, um espaço sem identidade definida, pois é global, culturalmente diversificado e radicalizador dos conceitos de espaço e tempo, a maioria das pessoas habita no *espaço de lugares*. As características, e consequentemente as mudanças operadas nos modos de desenvolvimento e modos de produção vigentes, tendem a influenciar não apenas os eixos económicos, mas também os políticos e sociais.

Como Castells refere, a existência deste novo modo de desenvolvimento informacional e a preponderância do espaço de fluxos sobre o espaço de lugares tem como resultado uma crescente globalização e, embora esta não seja em si um mau fenómeno, pois representa a ideia de que todos podem comunicar com todos, comprar e vender globalmente e assim formar uma comunidade global, na realidade a globalização representa para uma grande parte da humanidade estar a ser-lhe retirado poder político e dado empobrecimento económico (Castells 1997).

Essas pessoas, que habitam no espaço de lugares e não participam no espaço de fluxos, não possuem qualquer tipo de controlo sobre os investimentos, não possuem a formação educacional necessária e são portanto "ultrapassadas" pelo poder dos fluxos globais de capitais. Não poderão inclusive negociar com os seus empregadores porque estes possuem os meios para mudar as localizações das suas operações,

recorrer ao *outsourcing* ou fazer vir fornecimentos e trabalhadores de outras localizações.

Esta dualidade, apelidada por Castells de "condição de esquizofrenia estrutural", introduz uma perturbação geral nas mais diversas culturas a nível do planeta, provocando crises de identidade nesses espaços definidos geográfica e historicamente. O interesse de Castells em torno da questão da identidade, ou *Self*, reside no facto de considerar que existe uma correlação entre os vários tipos de identidades dominantes e as instituições sociais que formam a sociedade.<sup>13</sup>

Para Castells a "encarnação" da identidade de legitimação nas nossas sociedades contemporâneas, o Estado-nação, encontra-se em perda de poder. Salienta no entanto que, embora veja o seu poder diminuído, tal não se reflecte directamente na sua capacidade de influência. Esta perda de poder advém da sua perda de soberania, fruto da globalização das actividades económicas estratégicas, dos *media*, das comunicações e também da globalização do crime e do "policimento" militar ou paramilitar.

O exemplo mais óbvio desta perda de soberania pode ser encontrado nos mercados financeiros, que nos anos 80 cresceram para além da capacidade de qualquer banco central exercer o seu controlo, o que levou à necessidade de interligar as moedas nacionais e implicou, por sua vez, a coordenação financeira, retirando assim espaço de manobra para os governos nacionais formularem a sua política económica, independentemente.

Outro aspecto da perda de poder advém do surgimento de empresas globais que gerem os seus interesses em função dos diferenciais de custos dos benefícios sociais praticados pelos diversos estados, escolhendo a sua localização em função de onde ocorrem as situações de maior flexibilidade do mercado de trabalho e os menores salários, impondo, assim, aos estados limitações na gestão dos benefícios sociais do Estado-Providência, sob pena de perderem investimentos dessas

<sup>13</sup> Esta correlação leva-o a diferenciar três tipos de identidade: a *identidade de legitimação*, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade como forma de extensão e racionalização do seu domínio sobre os diversos actores sociais, é assim a identidade legitimadora que dá forma às sociedades civis; a *identidade de resistência*, produzida por aqueles actores que se encontram numa posição ou condição de serem excluídos pela lógica de dominação, a *identidade de resistência* leva à formação de comunidades como forma de suportar as condições da opressão, esse é o caso dos Zapatistas, das Milícias norte-americanas inspiradas num fundamentalismo cristão ou da Al-Qaeda no seu fundamentalismo islâmico; a *identidade projectada* é fruto de movimentos pró-activos cujo objectivo é a transformação da sociedade no seu todo e não apenas a criação de condições para a sua sobrevivência face aos actores dominantes; movimentos como o feminista e ambiental ou os Movimentos anti-globalização cabem nesta concepção de identidade projectada.

empresas que actuam não numa economia mundo mas sim numa economia global.

Também segundo Castells, ao viver hoje num mundo em turbulência, onde o poder já não pode apenas ser medido em função das estruturas físicas, humanas e materiais que uma dada entidade tem à sua disposição, os centros políticos tal como os económicos, vêem o seu poder factual posto em causa ao serem, por vezes, obrigados a negociar com outras forças de menor dimensão, mas que actuam em rede. É o caso dos Zapatistas e do Governo mexicano ou dos grupos ecologistas como o Greenpeace e os Governos dos países mais desenvolvidos.

No entanto, o Estado-nação continua a desempenhar um papel fundamental, pois ele é a única entidade com legitimação e sob a qual podem ser criados os mecanismos multilaterais que permitem enfrentar os problemas de carácter cada vez mais global. Um exemplo é, como refere Anthony Giddens, a necessidade que os governos terão, mais cedo ou mais tarde, de abordar a regulação dos mercados financeiros globais sob pena de ver a economia global tornar-se cada vez mais em algo semelhante a uma "economia-casino" (Giddens 1997a). Encontramo-nos perante uma situação onde por um lado o Estado é impellido a tomar posições na arena internacional, pois enfrenta problemas globais cuja solução só pode ser encarada na mesma escala, e por outro lado vê a sua credibilidade, ao nível interno, diminuída devido aos constrangimentos que resultam precisamente das redes de acordos políticos globais e das entidades económicas que actuam no espaço global. As instituições da democracia são assim apanhadas numa "contradição fundamental". Castells sintetiza essa contradição afirmando que "Quanto mais os estados se direccionam para o bem comum, menos eficazes se tornam enquanto co-agentes do sistema global de repartição de poder. Quanto mais triunfantes na escala global, menos representam os seus constituintes nacionais." (Castells 1998), originando assim um cenário de crise da democracia. Quanto mais o Estado-nação se retira face aos seus cidadãos, mais aumenta a necessidade de procurar identidades alternativas. Conforme refere Stadler (1998), encurralados entre a necessidade de articular identidades diversas, e por vezes opostas, e a necessidade de agir globalmente, os estados vêem esvaziar-se de sentido e legitimidade a sua acção, perdendo a sua capacidade de exercício de identidade de legitimação. O Estado, a par dos restantes actores sociais, encontra-se hoje perante uma realidade social em transformação, numa sociedade em rede que implica a redefinição dos papéis desempenhados até agora.

Conforme é salientado por Castells, o Estado possui a capacidade para sufocar o desenvolvimento de uma tecnologia ou para, através da

sua intervenção, embarcar num processo de acelerada modernização tecnológica, com implicações na economia, no poder militar e no bem-estar social num curto espaço de tempo. O Estado é na realidade a única entidade com capacidade para expandir a utilização tecnológica num curto espaço de tempo às mais diversas áreas da sociedade, o que é passível de ser confirmado na análise da realidade internacional e também da portuguesa, quando verificamos o papel fundamental que o Estado desempenhou nos dois projectos tecnológicos que melhor retratavam o "paradigma das tecnologias de informação" no início dos anos noventa, o minitel em França e a Internet a uma escala global. Em ambos os casos o papel do Estado foi o de financiador de projectos de investigação e o de criador de mercados que permitissem o desenvolvimento e a difusão das tecnologias de informação.

O Estado na *Era da informação* vive profundas contradições, pois, por um lado, foi durante as últimas décadas o indutor da difusão das tecnologias, financiador da sua investigação, criador dos seus mercados, e, por outro, hoje é ele próprio vítima desse processo, ao ver o seu poder diminuído fruto de uma deslocação do exercício do poder, do espaço de lugares para o espaço de fluxos.

Também ao nível da relação entre poder político e *media* assistimos a mudanças. Como refere Castells (2000b) sobre o papel dos *media* " (...), hoje em dia a política não é definida pelos *media*, mas dentro do espaço dos *media*, o qual é ocupado pelas inúmeras e variadas estações de televisão e cada vez mais pela Internet (...) e contrariamente ao que nos pode parecer à primeira vista, devido à emergência de redes alternativas de informação, os *media* irão cada vez mais reportar o que se passa na sociedade. O fim do monopólio sobre a informação também representa o fim do monopólio dos governos sobre a acção".

#### *A Cultura das Sociedades Informacionais*

Se tal como sugere Castells as mudanças nas relações de produção, de poder e de experiência conduzem também a uma mudança significativa das formas sociais do espaço e do tempo e à emergência de uma nova cultura, por via da alteração do modelo de comunicação (ou se preferirmos de trocas simbólicas mediadas), que cultura é então a gerada na *Era da Informação*?

Creio que para compreendermos a amplitude da pergunta necessitamos primeiro de analisar definições socialmente partilhadas ou, se preferirmos, presentes no senso comum, sobre o papel da tecnologia na mudança social. Estas, na maior parte dos casos, derivam de uma